

# A CIDADE NO EPICENTRO DA CRISE, OU COMO TORNAR BELO O COLAPSO

Mauricio Miranda\*

## RESUMO

As relações entre os processos de revitalização das grandes cidades e a cultura na chamada pós-modernidade são, a nosso ver, reveladoras e de central importância para um entendimento crítico da atual crise das sociedades capitalistas. Acreditamos que a fusão do econômico com o cultural, característica do capitalismo pós-moderno, tornou possível um curioso paradoxo: no mesmo passo em que o acesso à cultura, enquanto mercadoria, é altamente democrático, o espaço urbano é elitizado. A onipresença da cultura e a crença em seus poderes reparadores mascara, em nossas cidades degradadas, a crise estrutural do capitalismo globalizado.

**Palavras-chave:** Cultura. Cidade. Pós-Modernidade. Capitalismo.

## INTRODUÇÃO

Como se sabe, é comum que pacientes, diante da notícia de que sofrem de uma doença incurável, comportem-se, num dado período, de modo bastante otimista, negando, tranquila e veementemente, a gravidade de sua situação e dando como certa a recuperação completa. É compreensível que os apologistas e representantes do capital atuem e pensem desta maneira, que postulem a eternidade do mercado, a certeza do progresso e outras coisas mais. A esquerda comunista, no entanto, – e o uso deste termo é importante – não pode se prender a essa dinâmica suicida, aos limites que o desgastado projeto da modernidade impõe ao pensamento e à invenção de novas formas de vida.

Tendo dominado o planeta, e diante da crise que assola as sociedades burguesas desde os anos 1970, o capital parece não ter alternativa que não a de se lançar sobre seu próprio passado. Terrenos e espaços urbanos que nunca foram valorizados ou que um dia tiveram importância econômica, e que, por diferentes razões, se encontravam relegados à decadência ou ao abandono crônico, se converteram ao longo das últimas décadas em alvos prioritários dos investimentos nas cidades. A revitalização do passado traz à tona os novos empreendimentos, faz de áreas abandonadas, espaços altamente valorizados. Impulsionado por uma

---

\* Doutorando da Escola de Serviço Social da UFRJ. E-mail: maumyranda@hotmail.com

aliança aparentemente contraditória, entre mercado e Estado, o processo de transformação das grandes e médias cidades em mercadorias caminha, à primeira vista, de vento em popa. Não por acaso, a cultura pós-moderna segue uma trilha semelhante, ou seja, o caminho da repetição, da nostalgia e do pastiche, enfim, da tentativa permanente de suprimir a história e transformar o velho em novidades reluzentes.

Como qualquer outra mercadoria, as cidades devem agora ser manipuladas, vendidas e consumidas sob o signo da utilidade e do valor de troca. Não é difícil perceber que, na cidade pós-moderna, passado e futuro são noções cada vez mais frágeis, sendo o presente imediato a única dimensão temporal válida. Assim, o velho se torna intolerável e o novo deve reinar absoluto, custe o que custar. A onda de revitalizações, requalificações, recuperações e reformas, que se transformou num verdadeiro espetáculo mundial, é, essencialmente, o movimento da especulação imobiliária, fundamental para a valorização do capital em tempos de crise. Em seus passos fetichistas, a manipulação do espaço urbano pelo capital nos faz acreditar no impossível, a saber: que uma nova modernidade nos espera e que nossas cidades, superpovoadas e degradadas, podem, graças à tecnologia e ao planejamento estratégico, ser, uma vez mais, modernizadas. Essa crença vale para os países centrais, é certo, mas nos países periféricos ela ganha verdadeiros contornos de obsessão. Afinal, a superação do atraso histórico, ou seja, o salto decisivo em direção à modernidade, é um sonho que muitos ainda acalentam e que, de alguma maneira, sempre aproximou direita e esquerda na periferia do capital.

Alguém poderia argumentar que o moderno também exigia o novo, que o sistema do capital nasceu e se desenvolveu como uma ordem em constante processo de transformação, como nos ensinou Marx. Isto é correto, sem dúvida. Ao contrário das sociedades feudais, a modernidade compreendeu a si mesma como um tempo aberto ao futuro, como uma época de progresso inquestionável, que, a partir do presente e de seu incessante movimento interno, deveria buscar sistematicamente o novo, o mais recente, confirmando, assim, a todo o momento, sua ruptura com o velho mundo<sup>1</sup>. Em meio à aceleração do tempo, a modernidade capitalista gerou, no mesmo passo, um contexto altamente problemático e um enorme horizonte de expectativas, cujas evidentes contradições só poderiam ser enfrentadas com seus próprios recursos, em outras palavras: a modernidade não podia recorrer ao passado para resolver seus dilemas e se consolidar. Em consequência disso, a dialética do Esclarecimento já nasceu com a premente necessidade de uma reflexão crítica sobre a nova sociedade, oriunda, certamente,

de suas promessas de emancipação universal. Os mais sofisticados intérpretes dialéticos da modernidade e dos primeiros estágios do capitalismo, inclusive Marx, puderam manter, compreensivelmente, uma atitude mais ou menos otimista durante todo esse período, quer dizer: o futuro permanecia em aberto e o progresso, ainda que aos tropeços, nos conduziria à superação da sociedade de classes. Precisamos ressaltar, no entanto, que o dito pessimismo, de pensadores como Adorno e Horkheimer, que na metade do século passado soava injustificável, ou mesmo inaceitável, para a grande maioria dos críticos da ordem do capital, nos aparece hoje como um aviso de incêndio ignorado. Para Adorno, a modernidade já havia sido esvaziada de suas potencialidades emancipatórias muito antes da chamada crise estrutural do capital. No centro da problematização do autor da *Dialética Negativa*, estava, entre outros pontos fundamentais, a exaustão da categoria do “novo”:

O novo, um lugar vazio na consciência, aguardado como que de olhos fechados, parece ser a fórmula que permite extrair do horror e do desespero algo estimulante. Ele transforma o mal em pior. Mas seu contorno desnudo é um criptograma da maneira de reagir mais inequívoca. Ele circunscreve a resposta precisa dada pelo sujeito ao mundo tornado abstrato, à era industrial. O culto do novo, e com isso a ideia de modernidade, é uma revolta contra o fato de que nada mais há de novo. O caráter sempre igual dos bens produzidos com máquinas, a rede de socializações que, por assim dizer, captura e assimila os objetos e o olhar sobre eles transforma tudo o que surge em algo já visto, em exemplar contingente de um gênero, em sócia do modelo. A classe das coisas não premeditadas, desprovidas de intenção, a única onde podem medrar as intenções, parece esgotada. (ADORNO, 1993, p. 150).

Guardemos com muito cuidado a antes despropositada visão de Adorno sobre a modernidade e seus princípios, pois ela nos parece essencial para uma compreensão minimamente razoável da crise que estamos vivendo e da lógica que impulsiona a produção cultural e a revitalização das cidades nos dias de hoje.

A pós-modernidade é, em muitos sentidos, a realização acabada das mais sombrias teses de Adorno<sup>2</sup>. Encontramo-nos num ambiente de clausura ideológica, de encerramento de um ciclo histórico altamente complexo, no qual o futuro, para a grande maioria dos seres humanos, não pode ser outra coisa que não um prolongamento do presente. Isto porque a fabricação de novidades e a própria acumulação de capital esbarram nos limites lógicos e históricos do modo de produção capitalista, que, paradoxalmente, ao atingir seu ápice, mergulha no

período de sua crise estrutural. Esta, sim, a maior e mais palpável novidade do nosso tempo.

## **A CULTURA ENTRA NO JOGO DA ACUMULAÇÃO FICTÍCIA**

Em meio à democracia e ao culto da diferença, a cultura passou a operar como uma mediação essencial, como um álibi civilizatório, em todos os momentos do processo de reconstrução e revitalização da cidade, legitimando os projetos mais mesquinhos e absurdos de interesse do capital. Em contraposição à modernidade, a circulação e a produção da cultura seguem, no pós-moderno, o mesmo ritmo da circulação e da produção de mercadorias, gerando identidades pueris, diferenças superficiais ou relevantes, que, no fim das contas, se mostram decorativas perante o domínio universal da mercadoria e do dinheiro. Como sabemos, na consciência comum e na ótica liberal, a cultura ainda goza de um status especialíssimo, que faz com que a consideremos um bem em si, um bem acima das classes sociais e livre de qualquer interesse pouco nobre. Assim sendo, no enfretamento da pobreza, da violência e da exclusão social, a cultura surge como um elemento dotado de poderes mágicos, como um verdadeiro antídoto contra a desintegração familiar, a criminalidade, a anomia social e a falta de perspectivas das classes subalternas. Deste modo, portanto, a cultura chega às massas e as massas correm em direção à cultura, com um apetite nunca visto, acreditando que ela ainda representa e resguarda um conteúdo reparador, distinto, e superior às vicissitudes e exigências da esfera do trabalho, da produtividade, do princípio do desempenho, enfim, da economia.

Na esteira da oferta generalizada de cultura, florescem museus, centros culturais, pontos de cultura, cursos de dança, teatros e casas de espetáculos, até mesmo em áreas que, historicamente, sempre estiveram apartadas de qualquer contato com a produção cultural a que tinham acesso as classes médias e a classe dominante. Para espanto de muitos, formam-se hoje filas intermináveis nos museus, nos festivais de cinema, de música, e as feiras literárias se transformaram em verdadeiros eventos midiáticos, atraindo milhares de pessoas, como se a vida sob o capital de fato permitisse algo como uma genuína fruição estética. O que escapa a essa visão tranquilizadora e às boas intenções, ligadas à democratização do acesso à cultura e ao patrocínio desta pelas grandes empresas, é justamente a percepção da mudança que, a meu ver, nos fornece, em sua radicalidade, profundidade e alcance, o ponto crucial para a compreensão da relação entre cidade e cultura no atual estágio do capitalismo. Sendo bem claro: a estetização

da realidade social como um todo, ou seja, essa inegável onipresença da cultura, que, entre outras coisas, parece promover a paz e extinguir as diferenças de classe em vários aspectos, só tornou-se possível porque, como afirma Fredric Jameson,

[...] na cultura pós-moderna, a própria “cultura” se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era, ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço para forçá-la a se autotranscender. O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo. (JAMESON, 2006 a, p. 14).

Se a tese de Jameson está mesmo correta, devemos levá-la às últimas consequências e dizer que a antiga e problemática distinção entre base econômica e superestrutura se converte, no pós-moderno, numa metáfora, no mínimo, inadequada do ponto de vista de um entendimento crítico-dialético do presente. Assim, adiantando um pouco a nossa argumentação, precisamos reconhecer que a cultura que hoje chega a todas as camadas da sociedade, estandardizada e transmitida principalmente na forma de imagens, já não provém de uma esfera idílica e de oposição ao mercado, muito pelo contrário, ela nos chega como uma mercadoria poderosa, como uma mediação fundamental para a acumulação de capital e para a perpetuação das relações sociais burguesas.

Não se trata de dizer simplesmente que, por meio de um brilhante *insight*, capitalistas e produtores culturais tenham descoberto que a promoção e a democratização (ou massificação) da cultura podem contribuir de maneira decisiva para a acumulação de capital. Esse novo status da cultura nas sociedades contemporâneas deve ser compreendido como o resultado necessário das mutações internas do próprio capitalismo, de sua crise estrutural (MÉSZÁROS, 2004). Sabemos que desde o início dos anos 1970, com o fim do padrão ouro, a crise do petróleo e a quebra do pacto keynesiano, a acumulação capitalista vem tendo dificuldades cada vez mais sérias para cumprir seu ciclo. E isso se deve, sobretudo, ao fato da esfera da produção *stricto senso* ter sido violentamente abalada pela chamada terceira revolução industrial. Com o avanço irresistível da microeletrônica, da robótica e da informática, nos vemos diante de uma situação inédita, embora previsível historicamente, a saber: o trabalho humano vem se tornando, mais e mais, dispensável na totalidade da produção material, fato confirmado pelas mais variadas pesquisas empíricas. Em 1995, o economista liberal Jeremy Rifkin escreveu:

O desemprego global atingiu agora seu nível mais alto desde a grande depressão da década de 1930. Mais de 800 milhões de seres humanos no mundo serão desempregados ou subempregados. Este número deverá crescer acentuadamente até o final do século, à medida que milhões de integrantes na força de trabalho sem emprego se encontrarão, e, muitos desses, vítimas de uma revolução tecnológica que está substituindo rapidamente seres humanos por máquinas em virtualmente todo setor e indústria da economia global. Após anos de previsões otimistas e alarmes falsos, as novas tecnologias estão finalmente causando seu impacto, há muito tempo prognosticado, no mercado de trabalho e na economia, lançando a comunidade mundial nas garras de uma terceira revolução industrial. Milhões de trabalhadores já foram definitivamente eliminados do processo econômico; funções e categorias de trabalho inteiras já foram reduzidas, reestruturadas ou desapareceram. A Era da Informação chegou. Nos próximos anos, novas e mais sofisticadas tecnologias de software aproximarão cada vez mais a civilização de um mundo praticamente sem trabalhadores. (RIFKIN, 1996, p. XVII, Introdução).

O enfraquecimento assustador das organizações sindicais e partidos que historicamente defenderam os trabalhadores e sua adesão ao universo ideológico do capital são sintomas claros dessa nova realidade. Já não se fala em revolução, em redução da jornada de trabalho ou coisas do tipo, tudo o que se quer é que o ruim não se torne ainda pior. Fato é que, fora do minguado mundo do trabalho formal, esse pior já existe, a nível global, no drama dos desempregados crônicos, subempregados e trabalhadores informais.

Se os meios tradicionais de acumulação falham e já não são suficientes para garantir a sobrevivência do sistema do capital, outras formas de se transformar dinheiro em mais dinheiro precisam ser encontradas. A exploração da força de trabalho humana se torna, portanto, secundária e a acumulação de capital se transforma num processo essencialmente fetichista, desprovido de qualquer materialidade. A velha fórmula D-M-D' fica para trás, deixando a realidade por conta da incrível equação D-D', isto é, o valor perde suas medidas concretas, se transforma em pura abstração, e se valoriza por meio de procedimentos e artifícios que exigem de nós uma postura literalmente religiosa. Diante desse imenso problema, tornam-se fundamentais a cultura, a espoliação e a especulação imobiliária generalizada, ou seja, os meios e elementos que possibilitam a acumulação fictícia de capital. Alguns dos resultados mais dramáticos desse processo são bem conhecidos: o desemprego estrutural, a proliferação das favelas e endividamento colossal dos Estados. No oriente, mais especificamente na

China, Indonésia e Coréia do Sul, para onde foi deslocado o grosso da produção mundial, as mazelas sociais não são menos graves, ainda que contenham inegáveis particularidades. A especulação imobiliária e o processo de urbanização em curso na China, por exemplo, seguem o caminho do movimento universal, num ritmo muito mais acelerado, sem dúvida, e com resultados assustadores.

O pós-modernismo, enquanto lógica cultural dominante do capitalismo tardio, é, deste modo, o resultado desse movimento interno do capital, de suas inerentes contradições. Em grande medida, o pós-moderno se caracteriza pela supressão das dicotomias e distinções que orientavam nossos juízos e avaliações no curso da modernidade. Aqui, nos interessa destacar, além do fim da fronteira que diferenciava o econômico do cultural, o virtual cancelamento da distinção entre o público e o privado, a nova configuração da relação espaço-tempo e a superação da tradicional separação entre campo e cidade, não necessariamente nessa ordem.

Quando se diz que vivemos hoje em sociedades essencialmente urbanas, é grande a tentação de esquecermos o quanto foi complexa e longa essa transformação. Apesar do grande avanço do capital na Europa, segundo Arno Mayer, até a eclosão da Primeira guerra Mundial, em 1914,

Com exceção do Reino Unido, o setor agrícola ocupava uma parcela maior de força de trabalho e também gerava uma maior proporção do produto nacional bruto do que qualquer outro setor isolado. Além disso, à exceção da França – e em particular na Inglaterra –, imensas propriedades ocupavam um lugar de destaque, seja como agricultura patrimonial ou terra arrendada por dinheiro ou em parceria. Ademais, em todos os países a propriedade fundiária ainda constituía, sem exceção, a principal forma de riqueza pessoal e a maior fonte de renda privada, devido também à alta dos valores imobiliários nas cidades. É verdade que, embora a terra e a agricultura continuassem a ocupar o primeiro lugar em termos absolutos, estavam perdendo terreno para a indústria e o capital móvel em termos relativos. Mas isso não significa que a propriedade agrária e o senhor pós-feudal estivessem prestes a desmoronar. (MAYER, 1987, p. 28-29).

Por mais importante que seja sabermos que a maioria da população mundial vive hoje em áreas urbanas, é preciso frisar que essa mudança representa, acima de tudo, o aniquilamento das formas pré-burguesas ou tradicionais de vida, isto é, a vitória final e incontestável do capitalismo sobre o antigo regime e os modelos de sociedade ditos arcaicos ou primitivos. Estamos falando de uma verdadeira novidade histórica, de amplo alcance, que constitui, sem dúvida, um dos marcos

da globalização e da pós-modernidade. Boa parte dos males da vida nas cidades e a própria crise terminal do chamado urbanismo, ou seja, a nossa incapacidade de planejar o convívio social no meio urbano, decorrem precisamente da magnitude e das implicações deste processo. Diante da ausência de qualquer alteridade sistêmica ao modo de produção capitalista, pode-se dizer que a expansão do capital é, ao mesmo tempo e necessariamente, a dilatação da cidade, com todos os problemas que derivam deste fato. O virtual desaparecimento das zonas rurais e daquela grande população de homens rústicos, totalmente estranhos à alta cultura e à tecnologia, que era a expressão acabada do arcaico e de tudo aquilo que nós, modernos, jamais poderíamos ou desejaríamos voltar a ser, tornou o nosso mundo, de uma vez por todas, urbano.

Como já dissemos, os processos de revitalização de espaços mortos ou decadentes das grandes cidades constituem um conjunto de ações e projetos voltados para lugares normalmente usados e consumidos anteriormente pelo capital, que não encontrando formas genuinamente novas para levar adiante sua valorização, se vê obrigado a reinventar o velho, tornando atraentes e belas paisagens que ele mesmo havia abandonado ou rejeitado como detritos urbanos. Esse processo de manipulação, destruição, construção, desconstrução e reformulação das cidades, no qual depositamos, incontáveis vezes, camadas sobre camadas, os mais diversos materiais e a própria memória social, representa a dissolução do tempo e a perda da historicidade para a consciência. Somos uma sociedade que, ao contrário das antigas civilizações, não deixará grandes heranças históricas ou legados permanentes, pois tudo já foi feito e refeito mil vezes, todas as nossas cidades foram incrivelmente transformadas, destruídas, reconstruídas, revitalizadas, num movimento sem fim, exatamente como a acumulação de capital, a ponto de se tornarem irreconhecíveis pelas gerações mais velhas. Assim, no momento em que a modernização emperra, o capital gira sobre si mesmo, produzindo, nas cidades, algo que nada mais tem a ver com a arquitetura moderna, mas aquilo que Rem Koolhaas, num momento bastante inspirado, denominou espaço-lixo (KOOLHAAS, 2010).

A revitalização dos espaços urbanos faz parte de um processo que altera não somente a cidade, mas as próprias faculdades sensitivas humanas, isto é, a nossa capacidade ou incapacidade de conhecer e representar o real. Um dos traços marcantes do pós-modernismo é justamente a tendência à supressão do tempo pelo espaço, a construção de um espaço desconhecido e não representável, o hiperespaço pós-modernista. Essa notável mutação espacial, escreve Jameson,



finalmente conseguiu ultrapassar a capacidade do corpo humano de se localizar, de organizar perceptivamente o espaço circundante e mapear cognitivamente sua posição em um mundo exterior mapeável. Pode-se sugerir agora que esse ponto de disjunção alarmante entre o corpo e o ambiente construído – que está para o choque inicial do modernismo assim como a velocidade da nave espacial está para o automóvel – seja visto como um símbolo e um análogo daquele dilema ainda mais agudo que é o da incapacidade de nossas mentes, pelo menos no presente, de mapear a enorme rede global e multinacional de comunicação descentrada em nos encontramos presos como sujeitos individuais (JAMESON, 2006 a, p. 70-71).

Vivemos em cidades que pouco ou decididamente não mais permitem a diferenciação ou percepção das dimensões temporais. Na dinâmica do fetiche total, o presente se impõe de forma quase absoluta, em espaços e realidades irrepresentáveis, em processos cuja velocidade suplanta amplamente a capacidade de nossos aparelhos sensoriais, formados ainda no período moderno. Em nossas próprias cidades, vemo-nos alienados de nós mesmos e de nossas práticas, perdidos no hiperespaço do pós-moderno e bombardeados pelos mais variados e violentos estímulos, desde a profusão de imagens da propaganda, passando pela infernal sinfonia dos automóveis, até os mais nefastos tipos de poluição. A cultura e o capital se expandem na forma de deslocamentos espaciais, de desterritorializações, de práticas fetichistas e por meio da informática, é claro, num cotidiano que transforma o tempo quase que numa não realidade. No modo como ouvimos música, encontramos um ótimo exemplo para explicar a espacialização do real e de nossas práticas. A duração das canções da música pop segue um padrão, de 3 a 5 minutos, com raríssimas exceções. Esse padrão temporal não se modifica no pós-moderno, a grande novidade está no fato de podermos, desde a revolucionária introdução do *walkman* pela Sony, em 1979, escutar as mesmas músicas em vários lugares: na rua, dentro dos meios de transporte, em nossas casas, utilizando os mais diferentes equipamentos – note-se que todos eles possibilitam tão somente experiências individualistas (*Walkman*, *Discman*, *mp3 player*, telefones celulares). Podemos não apenas nos deslocar e ouvir nossas músicas preferidas, mais ainda, podemos comprimi-las na forma de arquivos de *mp3* e compartilhá-las ao redor do mundo, infinitas vezes, com milhões de pessoas. A forma se altera constantemente, ou seja, nos desenvolvimentos desse tipo de tecnologia temos deslocamentos, compartilhamentos e novos meios de escutar música que, de uma forma ou de outra, ampliam a dimensão espacial de nossa sensibilidade e

de nossas práticas cotidianas, sem qualquer modificação no conteúdo. Mesmo no processo de compressão espacial da música no formato *mp3*, que nos permite hoje armazenar uma quantidade inacreditável de arquivos num pequeno aparelho ou dispositivo, o resultado final é a ampliação do espaço de compartilhamento, a difusão planetária de arquivos musicais e, é claro, a diluição da temporalidade.

A especulação imobiliária e a gentrificação de nossas cidades representam, por certo, um apagamento do passado, o cancelamento da história enquanto tal. Qualquer habitante da zona sul do Rio de Janeiro, com menos de cinquenta anos, dificilmente deixará de reagir com espanto se for informado de que, em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas, uma das regiões mais valorizadas e famosas da cidade, já existiram favelas, como a da Catacumba, por exemplo, hoje transformada em parque, que chegou a ter cerca de 10.000 habitantes e foi removida em 1970.

Tendo em vista esse movimento geral de recuperação do velho, de áreas decadentes e marginalizadas, é interessante reforçar a ideia de que o pós-modernismo reproduz, enquanto dominante cultural, uma lógica bastante parecida, ou seja, a lógica da volta ao passado, da repetição, do pastiche e do simulacro, na qual as ideias, obras e teorias, as mais antigas e desgastadas, são reformuladas e apresentadas como a última novidade. A mais importante revitalização, neste sentido, foi o próprio mercado, na forma do neoliberalismo. Assim, escreve Jameson,

[...] em um mundo no qual a inovação estilística não é mais possível, tudo o que resta é imitar estilos mortos, falar através de máscaras e com as vozes dos estilos no museu imaginário. Mas isso significa que a arte pós-moderna ou contemporânea se pautará pela própria arte de um modo novo; mais ainda, significa que uma de suas mensagens essenciais envolverá a falência necessária da arte e da estética, a falência do novo, o aprisionamento no passado. (JAMESON, 2006 b, p.25).

Esse acordo não antecipado entre a cultura e a especulação capitalista está ancorado, não se pode ter dúvida, na questão maior, que é precisamente o esgotamento da própria modernidade enquanto processo histórico. O fim do urbanismo, a falência das vanguardas artísticas e a conclusão da modernização constituem, portanto, um todo inseparável, ou seja, o quadro completo da crise do sistema produtor de mercadorias (KURZ, 2011). Compreender o momento atual de nossas sociedades significa não perder de vista o fato de que modernidade e capitalismo são sinônimos, isto é, que não existe uma modernidade alternativa possível, uma modernidade socialista a ser construída, ou coisa que o valha.

Quando se percebe que o pensamento de Marx não é apenas uma grande narrativa moderna, mas, sobretudo, uma crítica da modernidade, não há, a meu ver, nenhum motivo para nos empenharmos desesperadamente, como faz boa parcela da esquerda, em salvar o chamado “projeto da modernidade”.

## **O MERCADO, O ESTADO E A VENDA DAS CIDADES**

A produção cultural e a venda da cidade, enquanto mercadoria suprema, se dão no momento da crise estrutural do capital, em que os Estados, cada vez mais endividados, precisam apoiar de todas as formas possíveis a iniciativa privada, às custas, é claro, da perda sistemática de direitos sociais e da precarização generalizada do trabalho. Essa fragilidade financeira do Estado e seu esforço permanente para viabilizar a acumulação de capital estão na base das famosas parcerias público-privadas, que, com o bombardeio ideológico neoliberal sobre a noção de público, se tornaram quase que unanimidade. Na verdade, a situação que hoje se apresenta revela nitidamente o quanto nos enganamos ao pensar que havia uma contradição entre mercado e Estado; vemos agora que essas duas entidades estiveram sempre juntas no desenvolvimento do capitalismo, numa evolução histórica que em certos momentos fortaleceu o mercado e em outros, o Estado. Por mais paradoxal que pareça, é importante entender que esse momento de crise sistêmica em que o capitalismo se encontra é, ao mesmo tempo, o seu ápice, e, que em seu auge, a ordem do capital se mostra mais pura do que nunca, se mostra como ela é, sem disfarces, sem maquiagens pesadas. É nesse momento de revelação das verdades capitalistas que caem por terra as oposições e contradições da modernidade, tais como: mercado e Estado, cultura e economia, capital e trabalho, público e privado, capital financeiro e capital produtivo, alta cultura e cultura de massas, campo e cidade etc. Assim, não por acaso, entram em cena com toda a força as parcerias público/privadas, que funcionam muito bem, do ponto de vista do capital, na facilitação da especulação imobiliária, na espoliação do patrimônio público e nos processos de gentrificação. Isso sem falar nos lucros oriundos de práticas ilegais e da corrupção.

As parcerias público/privadas são fruto direto da disneyficação do mundo (JAMESON, 2010), da ideologia de que o crescimento econômico – se é que isto ainda é possível – resolverá os grandes problemas sociais. Assim, a gestão urbana empresarial aparece como condição *si ne qua non* para o desenvolvimento econômico e o sucesso internacional no contexto da competição entre as cidades.

A imposição desse modelo, que em substituição aos políticos tradicionais, consagra o gestor competente, representa a solução dos antigos conflitos entre o empreendedor e o planejador, ou seja, estamos diante de um consenso que descaradamente transforma o poder público num prolongamento do capital. Assim, nessa grande cruzada em favor da requalificação das cidades e do crescimento, unem-se à classe rentista os mais diversos setores, atores e instituições, como diz Otilia Arantes:

Incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos, universidades, empresas esportivas, câmaras de comércio e, enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: os planejadores urbanos e os promotores culturais. Com a retomada da hegemonia americana, vulgarmente conhecida como globalização, o modelo máquina de crescimento generalizou-se sob o pretexto de responder às mesmas pressões competitivas em torno do capital escasso e nômade, na verdade, atendendo aos imperativos (políticos) da cultura anglo-saxônica dos negócios, a ponto de converter num dado natural a convicção de que as devem ser geridas não “like business”, mas antes “for businnes”. (ARANTES, 2000, p. 27-28).

A chamada esfera pública, o lugar que, segundo o programa da modernidade, deveria ser o espaço destinado à discussão democrática, à participação dos cidadãos no governo e na tomada de decisões que dizem respeito à coletividade, desaparece quase por completo no cenário da pós-modernidade. O trabalho sistemático da indústria cultural, capturando o pouco tempo livre de que ainda dispomos, dificultando, assim, qualquer tipo de mobilização social significativa e, com isso, a própria política, contribuiu de maneira decisiva para que a administração das cidades de acordo com o modelo do planejamento estratégico se fizesse vitoriosa. Este representa a visão de que, no capitalismo globalizado, as cidades devem ser governadas como empresas, que elas devem, portanto, através de grandes campanhas de marketing, se tornar atraentes, fortes e vendáveis no mercado mundial, como qualquer outra mercadoria bem sucedida. O planejamento estratégico postula o aprimoramento da democracia, a eficiência, o bem-estar, enfim, mas seu coroamento, no entanto, nada mais é do que a derrubada da fronteira entre poder público e iniciativa privada, entre mercado e Estado. Esse grande progresso social custa caro e exige um esforço concentrado de todos, como bem dizem seus ideólogos:

[...] tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando a economia e a sociedade locais, *o requisito indispensável* é a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados, organizados, *invariavelmente*, em torno de um aeroporto internacional; um sistema de telecomunicações por satélite; hotéis de luxo, com segurança adequada; serviços de assistência secretarial em inglês; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; escritórios de governos regionais e locais capazes de proporcionar informação e estrutura de apoio ao investidor internacional; um mercado de trabalho local com pessoal qualificado em serviços avançados e infraestrutura tecnológica. (Citado em VAINER, 2000, p. 79).

Um dos pontos mais interessantes das teorizações de Castells e Borja é um reconhecimento muito particular da crise do capitalismo global. Imbuídos do ímpeto dos grandes empreendedores, os autores espanhóis veem na crise, melhor dizendo, na percepção de uma crise generalizada, uma oportunidade, no caso, o postulado central para o sucesso de qualquer planejamento estratégico. A percepção da crise se dá em função de um desarranjo provocado, nas cidades, pelos novos desenvolvimentos do capital e da terceira revolução industrial, enfim, pela globalização do capitalismo. A percepção dessa crise nos faz ver o quanto nos falta em termos de estrutura, nos permite avaliar a degradação dos bairros de nossas cidades e o abandono dos centros históricos, por exemplo. Mais importante ainda, de modo bastante democrático, a percepção da crise impulsiona a demanda das populações carentes e da classe média, tornando urgentes as respostas do Estado. O sucesso das cidades que aceitam competir no mercado mundial exige um consenso em torno da necessidade de se dar um salto qualitativo, que, no discurso de seus ideólogos, só pode ser entendido como um novo ciclo de modernização. Esse consenso, capaz de unir a classe média, empresários, favelados, políticos e celebridades, se configura, no vácuo deixado pelo esmaecimento do Estado-Nação, como um novo patriotismo, o patriotismo das cidades. Foi de certa forma engraçado e constrangedor ver duas cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo, disputando o direito de sediar os Jogos Olímpicos de 2016, como se a vida de cada um de nós dependesse dessa escolha.

É válido, uma vez mais, observar como estamos, também aqui, retomando o passado de modo a possibilitar a sobrevivência da ordem burguesa. A única forma de patriotismo que conhecíamos até bem pouco tempo era o nacionalismo – a

ideologia coletivista mais poderosa e eficiente na mobilização das massas no século XX, que produziu as maiores guerras da história da humanidade e numerosas tragédias – e ele retorna, agora, de uma forma mais suave, agradável, democrática, como pastiche e farsa, sem dúvida, mas como elemento essencial da guerra entre as cidades-mercadoria.

## IDENTIDADES CULTURAIS, DEMOCRACIA E GENTRIFICAÇÃO

No frenesi da venda da cidade, a exaltação das chamadas culturas e identidades locais surge como um ponto de fundamental importância na promoção dos negócios, eventos e da indústria do turismo, evidentemente. Do ponto de vista do *planejador/marqueteiro*, trata-se de mostrar que sua cidade possuiu características, modos de vida e valores culturais inconfundíveis, que, em seu conjunto, permanecem vigentes mesmo no capitalismo global. Na festa do multiculturalismo, a diferença de vestimentas, comidas típicas, língua, traços psicológicos, elementos étnicos e arquitetônicos é ressaltada como o fator preponderante e mais rico de cada povo, ou seja, como sua identidade. Uma cidade sem uma identidade marcante e sedutora não pode ser vendida. A questão é que, por mais que essas diferenças ainda possam ser percebidas, a própria necessidade de celebrá-las justamente agora, no mundo globalizado, põe uma suspeita no ar. Nenhuma diferença se define por si mesma, isto é, toda diferença e toda identidade só podem ser reconhecidas e definidas em relação a um universal. Em seus alegres discursos, nossos prefeitos e promotores culturais esquecem-se justamente deste aspecto, do universal que de fato governa nossas vidas, como se a economia não existisse. Quer dizer, no atual contexto, as diferenças e identidades de cada cidade precisam ser ressaltadas e vendidas perante o domínio universal da lei do valor, da mercadoria e do consumismo, ou seja, para ter êxito, o marketing das culturas locais deve, de algum modo, apagar a realidade, o cotidiano. É por esta razão que os grandes eventos e festividades locais precisam sempre ser descolados do tempo de trabalho, não apenas para que a realização destes seja logisticamente possível, mas também para que, fora do cotidiano repressor, as diferenças e as identidades culturais encontrem o ar que precisam para ainda soar ou parecer legítimas. Nesses momentos, as escolas são fechadas, os funcionários públicos ganham feriados e a circulação de automóveis pela cidade é alterada drasticamente, tudo de modo que a vida mude o máximo possível durante alguns dias, para, logo depois da breve euforia, voltar a sua insuportável normalidade.

De modo geral, portanto, as festividades e traços das culturas locais foram transformados em particularidades que, distanciadas de seu sentido tradicional, exprimem a lógica do universal. A ordem do capital deve ser entendida, a nosso ver, como um sistema produtor de diferenças, que nascem, são alimentadas e morrem no mesmo lugar, a saber: no reino da mercadoria. A venda da cidade se dá no interior dessa dialética, na qual a lógica do capital se fortalece através da exaltação da multiplicidade e da diversidade cultural, escondendo o terrível fato de que vivermos hoje nas sociedades mais homogêneas da história humana. Na disputa pelo direito de sediar a Copa do Mundo da Fifa, por exemplo, a cidade escolhida, a vencedora, já sabe diante mão que deverá se submeter aos padrões e exigências da entidade organizadora do evento, e isto significa, em grande medida, descartar seu próprio passado, seus hábitos e sua história em favor das regras universais do consumismo e da racionalidade empresarial. Numa palavra: com o desprestígio do Estado-Nação, pressionadas pela indústria do turismo e na disputa pelos grandes eventos internacionais, as cidades promovem sistematicamente a dissolução de sua cultura popular na cultura de massa.

Vemos, assim, que, longe de ser um elemento coadjuvante na reprodução da dominação social, a cultura se deixa ver como um fator decisivo para os desenvolvimentos do capitalismo global. Americanização e globalização não são sinônimos apenas por força do imperialismo, do poderio militar e do monopólio da tecnologia de ponta, ou seja, não se pode entender o predomínio norte-americano no mundo deixando de lado o intenso e prolongado trabalho de difusão cultural realizado por este país desde o fim da Segunda Guerra Mundial, não apenas através dos filmes de Hollywood, da indústria da música, da língua inglesa e dos seriados, mas como modo de vida mesmo<sup>3</sup>. Neste sentido, é bastante pertinente a seguinte observação de Fredric Jameson:

Hoje, produção cultural ou inovação cultural – e estou falando em cultura de consumo de massa – são índices reveladores da centralidade de uma determinada área, e não de sua fertilidade ou poder produtivo. Este é o significado extraordinário do fato de que as tentativas do Japão de incorporar a indústria americana do entretenimento – a compra da Columbia Pictures pela Sony e o controle acionário da MCA pela Matsushita –ão foram bem sucedidas; isso comprova que apesar da imensa riqueza e da produção tecnológica e industrial, e a despeito até mesmo da posse e da propriedade privada, os japoneses foram incapazes de dominar a produtividade essencialmente cultural necessária para garantir o processo de globalização para um determinado competidor. Dizer produção de

cultura equivale a dizer produção da vida cotidiana – e sem isso um sistema econômico não consegue continuar a se implantar e se expandir. (JAMESON, 2002, p. 60).

No que diz respeito à cultura, é interessante apontar que a gentrificação, ou enobrecimento urbano, nos põe diante de um verdadeiro paradoxo. Sabemos que este fenômeno, em seu conjunto, pode ser entendido como um plano de reorganização e melhoramento de espaços urbanos degradados e marginalizados, promovido pelos governos e a iniciativa privada, que costuma provocar, entre outras coisas, o êxodo de milhares de moradores das classes subalternas, que, depois das reformas, melhorias e investimentos em estrutura, não conseguem mais se manter em suas antigas moradias em função da alta no preço dos imóveis. Num contexto em que a especulação imobiliária se mostra central para a valorização do capital, esse embelezamento de áreas urbanas decadentes e empobrecidas deve ser compreendido, sem dúvida, como um processo de elitização do espaço das cidades. Sobre a capital do Reino Unido, por exemplo, noticiou-se, às vésperas da Olimpíada de 2012, o seguinte:

Os aluguéis em alguns bairros de Londres chegaram a multiplicar 20 vezes por conta da realização dos Jogos Olímpicos, o que está obrigando muitos inquilinos a abandonarem suas atuais residências [...]. Um apartamento de 50 metros quadrados, que custava em torno de 1,4 mil libras (pouco mais de R\$ 4,3 mil), pode alcançar agora o valor de 6 mil libras (mais de R\$ 18 mil) semanais. Ou seja, por mês, o inquilino pode ter que desembolsar 24 mil libras (R\$74mil). A situação despertou a preocupação de ONGs britânicas como a Shelter, que se ocupa de proteger pessoas sem lar. A entidade presta apoio legal em litígios relacionados com moradia a cidadãos com poucos recursos. Segundo a organização, a proximidade dos Jogos Olímpicos expôs a “falta de escrúpulos” e práticas ilegais são utilizadas para despejar famílias que não podem enfrentar a alta nos preços dos aluguéis<sup>4</sup>.

Não custa lembrar que, na maioria dos casos, esses processos não estão sendo levados a diante por governos e Estados autoritários, muito pelo contrário, pelo menos no ocidente, a elitização da cidade floresce em ambientes claramente democráticos.

Esse movimento elitista, no entanto, caminha de mãos dadas a um processo que, em outras situações, poderia lhe ser antagônico. Na pós-modernidade, as obras e produtos da chamada alta cultura estão ao alcance de todos, pela internet, nas bancas de jornal, livrarias, museus, canais de televisão abertos e fechados etc. Quer



dizer, devidamente mercadorizada, a alta cultura, que ao longo da modernidade se manteve restrita àqueles grupos cuja vida não se encontrava inteiramente absorvida pelo trabalho, já não pode ser claramente diferenciada da cultura de massas. Os antigos princípios e critérios que nos permitiam reconhecer a grande arte se mostram agora pouco úteis, pois tanto os de cima quanto os de baixo consomem os mesmos sucessos musicais, as mesmas novelas e os mesmos filmes. Além disso, é claro, a produção e a distribuição da cultura se dão necessariamente sob os desígnios do mercado, ainda que não possamos negar a presença de conteúdos críticos e de oposição ao capital. Aliás, podemos conjecturar que, a princípio, nenhum adversário do capitalismo pode ser contra a democratização da cultura, e talvez esse seja um aspecto positivo do pós-modernismo, uma questão em aberto, por assim dizer, portadora de prolongamentos imprevisíveis no momento. Fechando este ponto, portanto, diríamos que a democracia e o chamado Estado de direito não têm se mostrado minimamente capazes de barrar a elitização do espaço urbano. É em meio a este paradoxo que a massificação da cultura exerce seu papel deletério e conciliador. A perda de direitos sociais, a ordem do capital responde com filantropia e direitos culturais, melhor ainda, com o livre e irrestrito acesso à cultura. Graças a essa generosidade, digamos, favelas e bairros, abandonados e desprovidos de quase tudo, podem se tornar “dignos” para seus moradores, interessantes aos olhos dos turistas e da grande mídia, que, como já dissemos, não se cansa de acreditar que a cultura nos salvará da barbárie.

## CONCLUSÃO

Mal ou bem, a modernidade criou seus meios para possibilitar a participação do povo no governo das sociedades, produziu mecanismos e mediações de intervenção coletiva nos processos sociais. Chamamos de política esse conjunto de elementos, regulados por uma constituição e centrados no Estado, ou seja, nos parlamentos, câmaras e assembleias. Por meio do voto, eleições e plebiscitos, os cidadãos exercem seus direitos políticos, escolhendo representantes que zelam e respondem por nossos interesses. A cidade pós-moderna é nesse sentido um ambiente sem política, na medida em que os meios de intervenção e participação inventados na modernidade se mostram decididamente esgotados. Vivemos ao pleno sabor do movimento do capital, que passa por cima de partidos, governantes e ideologias, tornando insignificantes as discussões e resoluções tomadas no campo da política. Ou seja, nesta esfera não existem mais antagonismos e conflitos reais,

debates ideológicos consistentes ou coisa que o valha. Reina um consenso de concreto em torno da democracia liberal representativa e da eficiência do mercado. Em outras palavras, o capitalismo global tornou a política desprezível a nível local e amarrou os antigos Estados-Nação em sua rede de interesses e negociações intrincadas, produzindo uma situação altamente problemática, principalmente para os adversários do capital. Como argumenta Anselm Jappe,

A esquerda engana-se enormemente ao atribuir ao Estado poderes soberanos de intervenção. Em primeiro lugar, porque a política é cada vez mais pura *política económica*. Tal como em certas sociedades pré-capitalistas tudo era motivado pela religião, hoje em dia toda a discussão política gira em torno do fetiche da economia. Depois do fim da Segunda Guerra Mundial a diferença entre a direita e a esquerda consiste essencialmente nas receitas divergentes que uma e a outra têm no âmbito da política económica. A política, longe de ser exterior ou superior à esfera económica, move-se completamente no interior dela. Tal não fica a dever-se a uma má orientação dos atores políticos, antes assenta numa razão de ordem estrutural: a política não tem meios autónomos de intervenção. A “política tem sempre que servir-se do dinheiro e cada decisão que toma tem que ser financiada.” (JAPPE, 2006, p. 158).

No vazio da impotência e da passividade, o passado novamente retorna. A revitalização das cidades e o banho de cultura trouxeram à cena atual discussões acaloradas sobre velhos temas, como virtude cívica, sociedade civil, responsabilidade social, representação política e a própria noção de cidadania. Esquecemos que esses conceitos são oriundos do século XVIII, isto é, que eles apareceram no contexto da transição do feudalismo para o capitalismo, como respostas políticas às espantosas transformações económicas trazidas pela expansão do capital, e que, portanto, não podem nos ajudar a compreender e enfrentar os dilemas da pós-modernidade. Somos sociedades do capitalismo global, plenamente realizado e em crise estrutural. O uso desses conceitos, a crença nas virtudes do mercado e nos poderes mágicos da cultura andam de mãos dadas<sup>5</sup>.

Pouco se acrescentará ao entendimento das atuais obras e projetos de revitalização urbana, que proliferam como uma verdadeira epidemia nas grandes cidades do mundo, se nos prendermos somente a percepção de que todo esse movimento de transformação nada mais é do que a expressão dos interesses do capital em seu período pós-moderno, ou seja, de sua crise estrutural. Queremos dizer, com isso, que, no atual momento do capitalismo, as novas e atordoantes

realidades com que nos deparamos não representam apenas o fim ou a dissolução de um modo de vida, elas nos colocam, também, diante de aberturas e fenômenos historicamente inéditos, que podem nos possibilitar, mais cedo ou mais tarde, a renovação da práxis transformadora. Ao lado dos impulsos imediatos da acumulação capitalista, insinuam-se, em meio a essa própria cultura degradada, desejos e imagens utópicas, antisistêmicas, em última análise, que não se deixam compreender, portanto, como pura manipulação, cinismo ou ideologia no pior sentido. Como sugere Jameson, o desejo chamado utopia nos permite, enquanto forma de conhecimento, vislumbrar o completo fracasso dessa sociedade e o quanto estamos aprisionados, limitados e frustrados em nossas potencialidades humanas. Sem essa percepção nenhum programa político revolucionário é possível.

Para aqueles que, como nós, habitam as grandes cidades da periferia do mundo, a vida em sociedades em que nada funciona e o atraso se fez norma – e onde as instituições sempre foram, no essencial, máquinas que legitimam e perpetuam a miséria, a insatisfação crônica, a desigualdade social e a violência produzidas pela acumulação capitalista – tornou-se de tal modo familiar, que somente um esforço muito considerável nos fará enxergar a gravidade da crise que estamos experimentando. Mas, agora, no momento em que até mesmo os países centrais da ordem do capital passam a enfrentar, em seus domínios, problemas e mazelas antes imagináveis apenas no chamado terceiro mundo, a possibilidade da transformação radical exige de nós esse esforço, exige que pensemos em termos de regressão social, que encaremos, sem ilusões, a face do colapso geral, que o próprio Marx nunca excluiu do horizonte da história. Lembrando, sempre e apesar de tudo, que essa sinfonia da destruição pode, em suas contradições e fissuras, já estar gerando o nascimento de outras formas de vida, de novas melodias.

## **THE CITY IN THE EPICENTRE OF THE CRISIS, OR HOW TO MAKE THE COLLAPSE BEAUTIFUL**

### **ABSTRACT**

The relations between the revitalization processes in the big cities and culture in the so called postmodernity are, from our point of view, enlightening and extremely important for a critical understanding of the current crisis of the capitalist societies. We believe that the fusion between the cultural and the economic, characteristic of the postmodern capitalism, made possible a curious paradox: at the same time that the access to culture, as commodity, is highly democratic, urban space is gentrified. The

omnipresence of culture and the belief in its healing powers dissemble, in our degraded cities, the structural crisis of global capitalism.

**Keywords:** Culture. City. Postmodernity. Capitalism.

## NOTAS

- 1 Em “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, Marx assinala enfaticamente a necessidade de uma ruptura completa com as tradições do passado: “Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem seus mortos para chegar ao seu próprio conteúdo.” (MARX, 2011, p. 28-29).
- 2 Ver: JAMESON, F. “O Marxismo Tardio: Adorno, ou a persistência da dialética.” São Paulo: Boitempo, 1996.
- 3 O curso de inglês IBEU, um dos mais tradicionais existentes no Brasil, oferece seus serviços no Rio de Janeiro com o seguinte slogan: “Rio way of life: jeito local, inglês global.”
- 4 Disponível em: <=http://www.portal2014.org.br/noticias/9816/
- 5 Ver: JAMESON, F. “Modernidade Singular”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 9 -23.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. *Minima Moralia*. Rio de Janeiro, Editora Ática, 1993.

ARANTES, O. *Urbanismo em fim de linha*. São Paulo: Edusp, 1998.

\_\_\_\_\_. *CHAI-NA*. São Paulo: Edusp, 2011.

ARANTES, O. MARICATO, H; VAINER, C. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ARANTES, P. *Zero à Esquerda*. São Paulo: Conrad Livros, 2004.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

JAPPE, A. *As Aventuras da Mercadoria*. Lisboa: Antígona, 2006.

JAMESON, F. *Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2006 a.

\_\_\_\_\_. *O Marxismo Tardio: Adorno ou a persistência da dialética*. São Paulo: Boitempo/Unesp, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Cultura do Dinheiro: Ensaio sobre a Globalização*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *A Virada Cultural: Reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006 b.

\_\_\_\_\_. *Modernidade Singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Cidade do Futuro*. Juiz de Fora: Libertas, Número 2, Vol. 4, julho de 2010, p. 117-135.

KOOLHAAS, R. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2010.

KURZ, R. *O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo, Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. *Os Últimos Combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MAYER, A. *A Força da Tradição: A Persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

RIFKIN, J. *O Fim dos Empregos: O declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da Força Global de Trabalho*. São Paulo: Makron Books, 1995